



“O Mouzinho Diplomata” António Mascarenhas Gaivão

“Carta de Mouzinho
de Albuquerque
ao Príncipe D. Luiz
Filipe, quando o Rei
D. Carlos o escolheu
para seu Aio e
Perceptor”



O Mouzinho Diplomata

por António Mascarenhas Gaivão



Pintura a Oleo da autoria de Carlos Alberto Santos, Coleção Particular dos feitos militares, mas aqui posta em evidência.

Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque

Portugal sabe que Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque foi um grande homem, um grande soldado e um grande governante. Mas talvez o país ainda hoje lhe deva o reconhecimento pelos seus méritos de exímio diplomata. É propósito deste trabalho dar a perceber que, de facto, a par de um extraordinário militar e político, Mouzinho teve também uma notável acção diplomática.

O Embaixador Calvet de Magalhães define diplomacia pura como «um instrumento de política externa, para o estabelecimento e desenvolvimento dos contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários, mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes». Sendo essencialmente um soldado, tentar-se-á evidenciar de seguida que Mouzinho de Albuquerque também soube com mestria ser um diplomata, e que Portugal daí beneficiou largamente.

Este trabalho, suportado em alguma pesquisa bibliográfica, não se pretendeu de investigação histórica. Salienta contudo a notável acção diplomática do Herói de Chaimite, acção essa menos proeminente pela glória

Nasceu a 15 de Novembro de 1855, na Quinta da Várzea, Batalha, e é ali baptizado no Convento de Nossa Senhora da Vitória, símbolo da independência nacional. O seu avô, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, fora diplomata, para além de deputado, ministro e primeiro-ministro. Liberal, foi morto em combate na batalha de Torres Vedras. Recebeu a Torre e Espada, como mais tarde viria a acontecer com o neto.

«Muito valentes e muito nobres, muito inteligentes e muito pobres», dizia-se dos Mouzinhos. Uma educação tradicional e católica normal numa família ilustre da época marcaram uma personalidade severa e grave. Aos 16 anos é voluntário no Regimento de Cavalaria, aos 24 frequenta a Universidade de Coimbra, nas faculdades de Matemática e Filosofia, onde assiste às aulas sempre fardado. A austeridade e o rigor faziam-se notar desde a juventude. Por doença, vê-se obrigado a abandonar Coimbra em 1882.

Casa em 1879 com D. Maria José de Albuquerque Mascarenhas de Mendonça Gaivão, sua prima, e para sempre a companheira e confidente.

A obra de Mouzinho faz dele um dos grandes portugueses da nossa História. O seu prestígio é imenso, não só entre os militares, mas transversalmente a toda a sociedade portuguesa, desde os seus contemporâneos até hoje. Patrono de armas da Cavalaria Portuguesa, são às dezenas as ruas, avenidas, praças e escolas que ainda hoje conservam o seu nome, numa justa homenagem àquele que pode ser considerado o último herói nacional.

Da Índia a Moçambique

Em 1886, Mouzinho, com 31 anos, é promovido a capitão e vai para a Índia, como Chefe de Secção, trabalhar na fiscalização do caminho-de-ferro de Mormugão, em Goa. Acha ali o trabalho demasiado burocrático, queixando-se de pouco mais fazer do que relatórios. As obras do porto e da linha férrea arrastam-se, concessionadas à West Indian South Maharata Railway, numa aposta em fazer ali um caminho-de-ferro e um porto que competissem com o porto de Bombaim no escoamento de produtos do Sul do Índio para África e Europa, com acesso aos campos de ouro de Kolar e às florestas cafezeiras de Misore. Na Índia conhece Alfredo Augusto Caldas Xavier, que o encanta com as histórias de Moçambique. É mais tarde promovido a Secretário-geral do Governo do Estado da Índia, transferindo-se para Pangim. Impressiona-se com o declínio da presença portuguesa, e aborrece-se.

Em 1890, recebe a tão almejada primeira missão em Moçambique. Enquadremos a situação do território português nessa altura.

As fronteiras de Moçambique no século XIX estavam estabelecidas com base em dois tratados assinados com a Inglaterra em 1815 e 1817: o cabo Delgado a Norte, a baía de Lourenço Marques a Sul. Em 1822, o governo português autoriza uma expedição científica britânica às costas de Moçambique, chefiada pelo capitão Owen. A boa fé das autoridades portuguesas foi rapidamente ludibriada por aquele oficial da marinha de guerra britânica que, encapotado na tal missão «científica», se entreteve a negociar com régulos da Província portuguesa cessiones à Coroa Britânica, desrespeitando por completo os tratados e o direito internacional na altura vigentes. Assim, Owen usurpa a Portugal as ilhas de Inhaca e dos Elefantes. O crescente desprante inglês atinge o seu ponto alto com o içar da bandeira britânica nestas ilhas, pelo capitão Bickford, comandante do «Narcissus», a 5 de Novembro de 1861. A Inglaterra vitoriana lançava-se na disputa da África portuguesa, ignorando assim o direito internacional e os tratados assinados. Os protestos do governo português de nada serviam,

enquanto prosseguiam as pretensões expansionistas inglesas, através, por exemplo, da sua Companhia das Índias Ocidentais, com o objectivo de se apoderar do importante e estratégico porto de Lourenço Marques. Entretanto, cada vez mais colonos holandeses se iam instalando para norte do Cabo.

Numa altura em que a Inglaterra continua a desrespeitar os tratados de 1815 e 1817, Portugal recupera as ilhas de Inhaca e Benguelena. A 25 de Novembro de 1872, Portugal e Inglaterra acordam recorrer à Arbitragem para o estabelecimento da fronteira Sul de Moçambique. São escolhidos como árbitros os franceses Thiers, primeiro-ministro, e o Presidente da República, Marechal Mac Mahon, Duque de Magenta. A sentença de 24 de Julho de 1875 dá razão a Portugal e a fronteira de Moçambique fica definida bem para Sul da cobiçada Baía de Lourenço Marques.

Também a questão de Bolama, na Guiné-Bissau, igualmente disputada por portugueses e ingleses foi sujeita à Arbitragem Internacional, desta vez dirimida pelo Presidente norte-americano Ulysses Grant. A sentença de 1870 dá também razão a Portugal.

A Arbitragem era um método de solução de conflitos internacionais muito em voga no século XIX, com os árbitros escolhidos livremente pelos Estados litigantes, e tendo a sentença carácter definitivo. Todo o direito internacional foi nessa altura favorável às pretensões portuguesas.

As disputas com os ingleses em África tinham também tido desenvolvimentos nos anos 50 do século XIX, com a questão da foz do Rio Zaire, em Angola. A partir dos anos 70, com a chamada «corrida a África», havia também que contar com belgas, alemães, franceses e até italianos a disputar a nossa presença.

A Conferência de Berlim (1884 e 1885), organizada pelo «chanceler de ferro» Otto von Bismarck, pretendeu estabelecer as regras do jogo sobre a presença europeia em África, decidindo que apenas uma ocupação administrativa e militar efectiva dos territórios davam à potência colonial o efectivo direito sobre ela. Portugal tinha então de concretizar algo de particularmente difícil para uma metrópole tão pequena e pouco populosa: a ocupação do vastíssimo território entre Angola e Moçambique, o célebre território do chamado «mapa cor-de-rosa». Desde o século XVI que havia este projecto em Portugal, o de criar uma real autoridade político-administrativa em África, destacando-se na sua prossecução, no século XVI, Diogo do Couto, companheiro e amigo de Camões em África e no Oriente, o Embaixador em Paris, D. Luís da Cunha, no século XVIII, e poucos anos antes, em 1881, a Sociedade de Geografia de Luciano Cordeiro. Esta

teve como grande objectivo desde a sua fundação, em 1875, o estudo e a real ocupação da África portuguesa. A perda traumatizante do Brasil em 1822 viria também a contribuir para uma maior concentração de esforços em África. Mas essa tarefa, a que os portugueses agora finalmente se propunham, colidia com o grande sonho inglês de unir o Cabo ao Cairo pelo telégrafo e pelo caminho-de-ferro. Esta incompatibilidade refere-se sensivelmente aos territórios que constituem hoje em dia o Zimbabué, a Zâmbia e o Malawi, e ainda a partes do que são hoje a África do Sul e a Namíbia.

Enquanto isso, dedicavam-se os nossos «aliados» ingleses à venda de espingardas Martini, com as respectivas baionetas e cartuchos, aos régulos matabeles, infringindo todos os acordos em vigor. Mais, por Carta régia de 1889, a British South Africa Company era autorizada a explorar os territórios para norte do Transval, terra portuguesa, com direito a instalar caminhos-de-ferro, telégrafos, manter tribunais e força pública. Os protestos do governo português são constantemente ignorados pela Inglaterra.

Enquanto se processavam contendas diplomáticas em Lisboa e Londres, houve de facto um notável esforço no terreno para a real ocupação administrativa e militar entre as costas de Angola e Moçambique, e em breve as obrigações decorrentes da Conferência de Berlim poderiam estar atingidas se os acontecimentos não se precipitassem como aconteceu. Assim, foi de facto realizado um grande esforço de efectiva ocupação portuguesa dos territórios. Diversas empresas e expedições para tal contribuíram em Moçambique. Destaque-se a do guarda-marinha Augusto Cardoso, a do capitão-tenente António Maria Cardoso, a do coronel Paiva de Andrade, a do tenente Vítor Cordon e a do tenente de marinha João de Azevedo Coutinho. As missões religiosas também se multiplicaram nesta altura, principalmente católicas, mas também protestantes. Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, em Angola, levavam a cabo a exploração dos territórios entre as bacias hidrográficas do Zaire e do Zambeze, e ligavam Angola ao Oceano Índico numa difícil viagem de alto interesse cartográfico e científico, para além do peso político de que Portugal poderia beneficiar.

Célebre é igualmente a expedição científica do major Serpa Pinto, marcada por confrontos com macololos, em 1889, que hasteavam a bandeira britânica em território português. A total hipocrisia dos ingleses, indignados com os ataques a povos alegadamente sob a sua protecção, leva o Ministro inglês em Lisboa a apresentar protestos pelos ataques do major Serpa Pinto aos régulos que hasteavam a bandeira britânica

em território português. Sabendo-se detentor da razão, Portugal propõe novamente a Arbitragem para solução do conflito, mas desta vez as potências signatárias da Conferência de Berlim seriam os árbitros. A Inglaterra recusa e, a 11 de Janeiro de 1890, num dos episódios mais tristes da História de Portugal, dá-se o lamentavelmente célebre Ultimatum Inglês. Nesse mesmo dia, Portugal devia enviar para Moçambique ordens para retirar dos territórios disputados e pretendidos pelos ingleses, o vale do Chire, terras de macololos, matabeles e ainda Mashona, supostamente sob protecção inglesa. Caso contrário, o Ministro britânico em Lisboa abandonaria a Legação com todo o pessoal. Entretanto, o navio de guerra inglês «Enchantress» aguardava ordens em Vigo, enquanto outras frotas inglesas se posicionavam em Zanzibar, Gibraltar e Cabo Verde. Portugal protesta mas cede, originando profundos protestos, hostilidades e manifestações anti-inglesas no país.

A 20 de Agosto de 1890 é assinado em Londres pelo primeiro-ministro inglês, Lord Salisbury, e pelo Conselheiro português Barjona de Freitas, um acordo no qual Portugal abdica do sonho do mapa cor-de-rosa, da ligação de Angola a Moçambique, e são acordadas com a Inglaterra novas fronteiras das províncias africanas. A Inglaterra não abdica da zona do litígio, mas Portugal consegue, ainda assim, manter vastos territórios costeiros. Humilhante para Portugal foi a nota segundo a qual este se obrigava a informar os ingleses da política que doravante pretendia implementar em África.

A insatisfação na imprensa, nos meios políticos e na rua é enorme. Não deve contudo ser posta em causa a grande honra e habilidade com que o plenipotenciário português Barjona de Freitas geriu as negociações, apesar das calúnias de que foi vítima em Portugal.

O Ultimatum Inglês foi, nas palavras de Oliveira Martins, um «acto odiosamente brutal», que mergulhou Portugal num estado de depressão, indignado com a pérfida traição inglesa por um lado, e com a incompetência das instituições portuguesas em lhe dar luta, por outro. Mouzinho foi um dos poucos portugueses que mais tarde atenuaria essa depressão, revitalizando vigorosamente o orgulho nacional.

As legítimas pretensões portuguesas foram também prejudicadas pelas ambições das várias companhias inglesas concessionárias em Moçambique, e da British South Africa Company, dirigida por Cecil Rhodes, africanista inglês fundador da Rodésia, porventura o maior inimigo de Portugal em África na altura. Liderando a quadrilha internacional que tudo fez para espoliar

Portugal dos seus direitos históricos, Cecil Rhodes tornou-se um homem incrivelmente rico e poderoso, ganhando alcunhas como o «Colosso de Rhodes» ou o «Napoleão do Cabo». Para além de contendas com os portugueses, envolveu-se em disputas com alemães, holandeses e boers, sendo Paul Kruger, o fundador do Transval, o seu inimigo de estimação. Para Cecil Rhodes, Moçambique era a presa fácil para o sonho de unir o Cabo ao Cairo, com os seus magníficos portos do litoral, pertença de um pequeno país que ele julgava vencer facilmente.

Rhodes ambicionava também os territórios do centro do continente, a região localizada entre Angola e Moçambique, aqueles que a historiografia portuguesa consagrou como as terras do mapa cor-de-rosa, cor com que apareceram representadas num mapa oficial incluído em 1886 como anexo a um Tratado com a França, sobre delimitação colonial. Na sequência dessas reivindicações territoriais, e como forma de garantir o desejo de uma África de influência britânica do Cairo ao Cabo, o governo britânico apoiou a criação de companhias dotadas de poderes majestáticos que permitissem a efectiva ocupação dos territórios em disputa. O alcance desses poderes permitia-lhes exercer o controlo administrativo sobre os territórios que lhes eram concessionados e neles cobrar impostos, manter forças de polícia e um sistema judicial privativo e mesmo criar e manter forças militarizadas. Eram na realidade potentados cujo estandarte era uma verdadeira bandeira nacional.

A importância estratégica do porto de Lourenço Marques, a que os ingleses chamavam Delagoa Bay, inglesando o nome de Baía da Lagoa, tornou sempre esta praça das mais pretendidas pelos ingleses. Para enfraquecer Portugal, em mais um desrespeito pelos tratados, os ingleses apoiam e armam os vátuas das chamadas Terras da Coroa, designação dos territórios cujos régulos juram fidelidade e obediência ao Rei de Portugal, considerando-se seus vassallos. Portugal esmaga a insurreição na Batalha do Magul.

Governador do Distrito de Lourenço Marques

É assim, neste ambiente conturbado, que Mouzinho chega pela primeira vez a Moçambique, em 1890, promovido a major, e governador do Distrito de Lourenço Marques, nomeado pelo presidente do Conselho António Serpa Pimentel em pleno ano de Ultimatum Inglês. É uma altura delicada, com as relações tensíssimas com a Inglaterra.

Escreve o General Ferreira Martins, biógrafo de Mouzinho: «Neste período novo, de vida intensa da Província, ia Joaquim Mouzinho revelar as suas

qualidades de diplomata».

Vários historiadores e biógrafos de Mouzinho falam de um apoio da nossa «lealíssima aliada» Inglaterra ao Gungunhana, Rei dos Vátuas e máximo desafiador da autoridade portuguesa. O Leão de Gaza, do ramo dos zulus, liderava um império com mais de meio milhão de pessoas, e a sua captura traria mais tarde a glória a Mouzinho.

O exército do Gungunhana ascendia a cinquenta mil homens, tinha conselheiros comerciais e militares alemães, recebia presentes da Rainha Vitória, e alimentava os projectos de Cecil Rhodes contra a soberania portuguesa. Mouzinho chega assim a Moçambique com objectivos político-diplomáticos (controlar o expansionismo inglês), militares (subjugar o Gungunhana) e administrativo-financeiros inerentes à sua missão de governador.

Dois acontecimentos verificados na área de jurisdição de Mouzinho após a sua chegada colocam ainda em maior risco a relação com os Ingleses.

Em Outubro de 1890, um navio inglês subia o rio Limpopo, transportando armas de presente para o Gungunhana. Entre este régulo e a Chartered Company, a poderosa companhia britânica de África do Sul, pertença de Cecil Rhodes, fora assinado, em 4 de Setembro de 1890, um tratado pelo qual, em troca de toda a espécie de concessões feitas à Companhia, esta se comprometia a entregar ao Gungunhana e aos seus sucessores 500 libras anuais e o presenteava com 1.000 espingardas Martini. Essas armas foram-lhe entregues mas ficaram destruídas durante um incêndio. O «Countess of Carnarvon» transportava nova remessa, quando Mouzinho, a bordo do «Mac Mahon», orientando pessoalmente a operação, o aprisionou, evitando assim que o chefe vátua fosse armado contra Portugal, com quem havia estabelecido uma declaração de fidelidade firmada por representantes seus que enviou expressamente a Lourenço Marques.

O segundo episódio ocorreu em 10 de Dezembro de 1890, quando chegou a Lourenço Marques a notícia de que, abusivamente, a tal British South Africa Company havia feito prisioneiro o coronel Paiva de Andrade em Manica, ao tempo administrador da Companhia de Moçambique, e outros seus colaboradores. Paiva de Andrade havia cumprido o seu dever de retirar o pavilhão inglês que a British South Africa Company havia içado em Manica. É organizada uma expedição a Manica e o comando da força é entregue ao major Caldas Xavier que, em 10 de Janeiro, partiu para a Beira. Após quatro meses de marcha em condições de extrema dificuldade

e suportando algumas acções de combate contra régulos armados pela companhia inglesa, Caldas Xavier libertou os compatriotas portugueses.

Nesta altura, não só os ingleses, mas também os alemães atentavam contra a soberania nacional: em 1894, o Barão de Schele, Governador da África Oriental Alemã, mandava hastear a bandeira do seu país na Baía do Quionga, pertencente a Portugal. Tais desplantes, para além da afronta que constituíam, serviam também para o Gungunhana se convencer que também ele poderia ignorar a vassalagem a Portugal e a sua soberania em Moçambique.

Mouzinho sempre achou que, para afirmar a real autoridade e soberania portuguesas em Moçambique, era fundamental a captura do Gungunhana. Revoltava-se contra uma certa frouxidão e até subserviência das autoridades coloniais portuguesas em relação àquele. Chegou a perguntar para Lisboa se devia subscrever os seus textos oficiais «por graça de S.M. El-Rei de Portugal» ou se «por graça de S.M. El-Rei Gungunhana».

Alguma insubordinação face ao poder político de Lisboa começava a valer-lhe algumas inimizades na capital. Em resultado deste não-alinhamento, regressa à Metrópole em 1892, injustiçado por uma inspecção absurda que incriminava a sua acção administrativa, e é exonerado do cargo por parecer da Junta de Saúde, sendo-lhe retirada a patente de major por não ter cumprido os três anos de mandato.

Tentou entretanto ser colocado no governo da Guiné, mas as suas diligências foram inúteis.

As Campanhas Militares

Até 1895, está em Lisboa, mas à primeira oportunidade, farto da intriga política da capital do Império, volta a Moçambique chefiando um esquadrão expedicionário, que se juntaria às forças do novo Comissário Régio, António Ennes, para levar a cabo a campanha de Gaza, contra o Gungunhana.

António Ennes não era um militar, mas um homem das letras, de enorme craveira intelectual e humana. Teve por vezes um relacionamento difícil com Mouzinho. Mas é inegável que desempenhou um extraordinário mandato de Comissário Régio.

Em 1895, o governo da metrópole está finalmente convencido da necessidade imperiosa de esmagar a insurreição vátua, interesseiramente apoiada pelos

ingleses, e envia para Moçambique, em missão de pacificação, uma equipa de luxo.

António Ennes vai como Comissário Régio, com poderes alargados. António Ennes acredita, e disso consegue convencer o Governo, da importância fundamental de mostrar não só aos africanos insurrectos, mas à Europa em geral, que Portugal ainda é capaz de manter a ordem, o direito, e a sua soberania na Província de Moçambique. Para o acompanhar em tão espinhosa mas justa missão, segue com ele o que de melhor havia em Portugal na altura: Freire de Andrade, Paiva Couceiro, Aires de Ornelas e, chegando mais tarde, Mouzinho de Albuquerque.

Estes são apenas alguns nomes do que se revelaria uma geração de ouro na administração militar e política do Império Colonial Português em África.

Curiosamente, já na altura as autoridades portuguesas de Moçambique tinham na capital dos vátuas, Chaimite, uma espécie de legação, com um representante português acreditado, o Conselheiro José Joaquim de Almeida, resultado de acordos de amizade assinados em Lisboa por emissários do Gungunhana. Mais tarde, por envolvimento em negócios de impostos pouco claros com o próprio régulo, que enfraqueciam em vez de defender a posição portuguesa, António Ennes demitiu o Conselheiro.

À luz do pensamento actual, ao enviar uma legação residente para Chaimite, Portugal estaria a admitir a sua não soberania nesses territórios, mas na altura tal era comum na administração colonial europeia em África.

António Ennes, Comissário Régio, e Mouzinho de Albuquerque, Comandante da Cavalaria, estão então determinados em sustentar as pretensões expansionistas inglesas e dominar militarmente os régulos africanos. Com alguns poucos reforços de Engenharia, Artilharia e Infantaria que a Metrópole envia, iria iniciar-se um dos períodos mais brilhantes da história militar portuguesa, em que a inferioridade de meios era permanentemente compensada pela coragem e abnegação dos soldados. Alguns nomes não podem deixar de ser mencionados: Freire de Andrade, Paiva Couceiro, Francisco Toscano, Eduardo Galhardo, Álvaro Andréa, Sanches Miranda, o intérprete Massablano, Costa e Couto (secretário de Mouzinho), o médico Francisco Amaral e o tenente Roby.

Não é aqui propósito descrever exaustivamente as brilhantes operações militares, mas algumas delas são

absolutamente incontornáveis. A 2 de Fevereiro de 1895, Caldas Xavier conquista a vitória em Marracuene, iniciando-se a Campanha de Gaza. A tropa portuguesa, mal equipada, com mau reabastecimento, mal montada e numa desigualdade numérica habitualmente de um para vinte, sabe que é essencial a captura do Gungunhana para a pacificação da região. Os cavalos são arrançados pelo Cônsul de Portugal em Durban, Massano de Amorim, também ele um companheiro de armas de Mouzinho.

Mouzinho, em carta ao Comissário Régio António Ennes, sobre o Gungunhana: «Conheço esse intrujão bem demais, e demais tenho ouvido falar em império vátua, impis, mangas, etc, para que isso me cause outra impressão que não seja o tédio.» O corajoso Mouzinho não tremia. Continua: «apanhar o Gungunhana, vivo ou morto, única forma de assegurar a nossa soberania e de tirar todo o proveito da campanha que tão brilhantemente se assinalou pelas vitórias de Marracuene, Magul e Coolela.» E mais adiante: «todos os dias vinham queixas dos roubos e assassinatos que o régulo mandava perpetrar em volta de Manguanhana».

Sabia bem Mouzinho que, pela desigualdade de forças, um confronto aberto e directo estaria sempre condenado. Apenas um temerário golpe de mão poderia capturar o régulo. Também o receio de que este se refugiasse no Transval, onde a cobertura da protecção estrangeira se pudesse rearmar e reorganizar, apressaram a operação.

E foi o que viria a acontecer. Capitalizando a enorme reputação militar que acumulara, a tropa de Mouzinho entraria em Chaimite sem se disparar um tiro. O prestígio de Mouzinho de Albuquerque é suficiente para a rendição.

Em Dezembro de 1895, para dar a Mouzinho a autonomia de que este necessitava para capturar o «intrujão», o Comissário Régio havia-o nomeado Governador do Distrito de Gaza. Por essa altura, António Ennes regressa a Lisboa, ficando interinamente Correia Lança como Governador. Já a caminho de Lisboa, aquele é informado por telegrama de Correia Lança que este está desconfiado que Mouzinho prepara um golpe de mão para capturar o Gungunhana. Responde-lhe, instruindo-o a lembrar ao Capitão Mouzinho, Governador de Gaza, de que as suas ordens são para organizar a perseguição ao Gungunhana, e não para tentar o que lhe parecia uma loucura, tal a disparidade das forças. Teme que, ao aportar em Luanda ou Cabo Verde, receba a notícia de uma cavalaria portuguesa massacrada, o que seria, é certo, um golpe fatal para toda a política ultramarina portuguesa.

Por esta altura, em 28 de Dezembro de 1895, o Gungunhana é feito prisioneiro em Chaimite por Mouzinho, sem um tiro disparado. O brilhantismo desta vitória militar é conhecido dos portugueses. O que talvez não o seja tanto, é a forma brilhante como Mouzinho geriu essa vitória: perante milhares de vátuas rendidos, a mãe do Gungunhana, Impiucazamo, suplica-lhe em lágrimas, de joelhos, que poupe as vidas do filho e do neto preferido, Godide. Brandamente, Mouzinho levanta-a e garante-lhe que, apesar de apenas o Rei de Portugal poder decidir da sorte dos chefes vencidos, o seu neto seria sempre poupado. Godide viria a acompanhar o pai no exílio dos Açores. Ela, que sempre fora uma apoiante da presença portuguesa em Moçambique, poderia regressar livremente à sua aldeia. O prestígio que Mouzinho ali capitalizava era um crédito enorme para as pretensões coloniais portuguesas. O Exército português era agora temido e respeitado por aqueles milhares de africanos, que horas antes se preparavam para o combater. A 6 de Janeiro de 1896, o terrível Gungunhana é entregue por Mouzinho ao Governador interino Correia Lança. António Ennes recebe a boa nova em Cabo Verde e exulta, também ele, com o feito daqueles 46 portugueses, os «Heróis de Chaimite».

Mais tarde, António Ennes viria inexplicavelmente a publicar textos em que minora o feito de Chaimite. Provavelmente estaria mal informado, mas Mouzinho dificilmente lho perdoou.

Foi encontrada em Chaimite uma taça de prata que Mouzinho apreendeu, que tem a seguinte gravação: «To Gungunyana from Victoria Queen». Porventura nunca a Imperatriz inglesa soube que em seu nome tal oferenda fora feita, mas as intenções dos ingleses em Moçambique, essas, se ainda não o eram, ficaram claríssimas.

A vitória de Chaimite foi das páginas mais brilhantes da história militar portuguesa e teve ecos em toda a Europa. Mais valor lhe era atribuído ainda pelas condições difíceis em que foi alcançada: sobre a razão de combate durante a expedição pelo sertão do Sul de Moçambique, e que era naturalmente partilhada pelo próprio Mouzinho, que não admitia tratamento especial face à sua tropa, escreveu Azevedo Coutinho: «não se sabia se era compota, enchido, marmelada avariada ou cartucho de dinamite».

Alguns soldados africanos que acompanhavam a expedição portuguesa, por diversas vezes propuseram a Mouzinho o saque de aldeias que apoiavam o Gungunhana. Mouzinho sempre recusou, apesar das péssimas condições sanitárias e alimentares a que estavam

sujeitos ele e a sua tropa.

À ordem de Correia Lança, outras submissões se seguiram, como a do Régulo N'Guanaze, do Maputo, mas sem grandes combates. Bastou saber-se que vinha lá o temível Mouzinho, para que o seu exército debandasse para território britânico.

Nos poucos meses seguintes, todo o Sul de Moçambique foi pacificado, aproveitando os constantes desentendimentos entre a Inglaterra e o Transval, possibilitando que as autoridades portuguesas se pudessem concentrar no desenvolvimento da Província. Mouzinho é promovido a major e nomeado Governador-geral de Moçambique, empossado a 28 de Maio de 1896. Sucedem-se as honrarias e prémios. O seu prestígio está no auge.

A História hoje reconhece a importância de Chaimite e a sua influência na pacificação de zulus, matabeles e vátuas, ou seja, na pacificação de toda a África Austral.

Houve há alguns anos a tentativa de fazer da insurreição do Gungunhana uma primeira tentativa de alcance de autodeterminação por parte dos nativos e da sua luta anti-colonialista, predecessora de outros movimentos terroristas africanos. Consecutivamente, tentou-se fazer de Mouzinho um primeiro inimigo e opressor dessa luta pela autodeterminação. Hoje sabe-se perfeitamente que o Gungunhana de idealista e patriota nada tinha, era antes um bandido, apreciador dos melhores vinhos do Porto e brandies ingleses, detentor de um muito bem provido harém e movido apenas por motivações materiais. Pior ainda, um peão dos ingleses na sua empresa de usurpação do Império Colonial Português, uma peça do complot internacional para o roubo das nossas colónias. Para mais, o estabelecimento dos vátuas na África Oriental é posterior à chegada dos portugueses, sendo portanto aqueles os verdadeiros invasores de terra portuguesa. Portugal nunca foi um ocupante no Império Vátua, já que os direitos históricos de presença e soberania portuguesas são inquestionáveis.

Durante o seu exílio nos Açores, o Gungunhana nunca escondeu o seu ódio pelo Rei D. Carlos e por Mouzinho de Albuquerque. Curiosamente, nos seus poucos momentos de sobriedade ética, manifestou-se sempre respeitador da memória do Rei D. Luís.

Mais de um século depois, podemos afirmar com convicção que todos os levantamentos e insurreições de africanos contra os portugueses em Moçambique foram instigados por estrangeiros. Os agentes secretos ingleses fizeram nos finais do século XIX o mesmo que oitenta

anos mais tarde soviéticos e cubanos fariam nas mesmas províncias: instigar o africano contra o irmão branco português, fazendo-o crer que estava melhor com ele do que conosco. Milhões de mortos, vítimas da guerra e da fome, mostraram que estavam bem enganados.

A Administração de Mouzinho

A visão político-administrativa de Mouzinho de Albuquerque para Moçambique é-nos dada pelo próprio: «Parece-me que se lhes deve deixar ter o sistema de governo mais simples, o único que eles conhecem e compreendem, uma autoridade única a mandar, sem peias de espécie alguma. Os princípios liberais, os direitos do cidadão, a completa separação dos poderes, há muito quem pense que foram prematuramente aplicados a Portugal; calcule-se o que seriam aqui».

Mouzinho estudou profundamente os regulamentos aplicados pelos ingleses nas suas colónias. Insurgiu-se contra o facto de todo o processo legislativo aplicado às colónias ser feito em Lisboa, propondo sempre a descentralização e mais autonomia para os governos das províncias. Propunha que se deixasse liberdade de acção a quem tinha de facto de administrar no terreno, inspirando-se no modelo britânico, pugnado pela descentralização do poder. «A pouco e pouco, tendo estudado estes povos e tomado inteiro conhecimento das leis e regulamentos britânicos aplicáveis aos nativos da Machona, Matabelleland e Natal, irei propondo regulamentos, muito simples, que deixem muita latitude e iniciativa a quem tenha de os executar». Nunca estas opiniões foram bem recebidas na Metrópole.

Elege a ocupação militar do território como uma grande prioridade de governo, baseado no sistema adoptado por Joseph Gallieni, governador colonial francês em Madagáscar. Em contrapartida, também Gallieni se referia frequentemente a Mouzinho como exemplo do que era a boa administração colonial. Mouzinho privilegia o sistema de justiça, as finanças e aposta nas comunicações por telégrafo como bandeiras do seu governo, criando várias linhas em Lourenço Marques, na Zambézia, Chibuto e Inhambane.

Vivia-se na Metrópole uma enorme instabilidade política e governativa, o que não facilitou a tarefa do novo Governador-geral de Moçambique. Não obstante, Mouzinho, sem nunca arrumar a espada, revelar-se-ia um excelente administrador do território. Mas a sua tarefa estava muito dificultada pela enorme dependência administrativa de Lisboa a que estava sujeito. António Ennes fora Comissário Régio, ao passo que Mouzinho era

agora Governador-geral, o que lhe dava uma autonomia muito inferior à de que o seu antecessor gozara. Um simples acto administrativo tinha que ser sancionado em Lisboa, dificultando e atrasando consecutivamente a sua administração.

Interessantíssima uma passagem de uma carta de Mouzinho ao Conde de Arnoso, de 3 de Junho de 1897: «Não imaginas o quanto preciso de ir a Lisboa. Ir e voltar logo. Há coisas que só falando se explicam e há algumas com que terei até de maçar El-Rei com pedidos, pois só intervindo Ele em pessoa se conseguirão. Sabes bem que os nossos Ministros e a coorte de altos funcionários que os cerca são uns Conselheiros Acácios e isto com acacismos perde-se. Por isso só em quem ponho a minha esperança toda é em El-Rei, porque só quando ele disser que quer é que se fará um certo número de coisas muito necessárias aqui, mas que nada interessam às eleições e à rotação dos partidos e outras metafísicas de que nada entendo.» Muito certa a alusão de Mouzinho, comparando os falsos moralismos dos governantes da Metrópole àquela deliciosa personagem da galeria queirosiana.

Apesar das dificuldades, o major Mouzinho elege então a ocupação e pacificação efectivas do seu território como a máxima prioridade do seu governo. As circunstâncias também a isso obrigavam. Leva a cabo a campanha dos Namarrais (1896), coadjuvado pelo tenente Aires de Ornelas, onde ambos foram feridos, e a campanha de Gaza (1897), porventura também duas das páginas mais brilhantes da história militar portuguesa, em que sobressaem para além do génio militar de Mouzinho, Aires de Ornelas, João de Azevedo Coutinho, Eduardo Costa, Pereira d’Eça (mais tarde o «General de Aço», pelos feitos no Sul de Angola), Francisco Toscano e Gomes da Costa, mais tarde Marechal e Presidente da República.

Agudizam-se entretanto novamente nesta altura as relações entre a Inglaterra e o Transval, com o reforço militar inglês para a região, com o qual poderia Portugal ser afectado, e um telegrama do Ministério da Marinha de 4 de Maio de 1897 impõe a concentração de forças em Lourenço Marques.

A 25 de Novembro de 1896, Mouzinho é finalmente Comissário Régio. Coloca pessoas da sua confiança política e pessoal nos principais postos da administração de Moçambique: Sanches de Miranda, Eduardo Costa, João de Azevedo Coutinho, Baptista Coelho, Gomes da Costa, Soveral Martins e João Mascarenhas Gaivão são empossados governadores dos distritos, e Baltazar Cabral, Aires de Ornelas, Andrade Velez, Vieira da Rocha, Manuel Ferrão e outros coadjuvam-no no governo central.

Leva a efeito um levantamento topográfico do território, através de várias viagens e expedições científicas que patrocina.

Em 1897 há novas insurreições dos vátuas, com pilhagens a lojas asiáticas no interior de Moçambique, acompanhadas por maquinações perpetradas por dois ingleses, Theodor Williams e Sam Haine, tomados na altura como agentes secretos da Inglaterra, mas que para Mouzinho não passavam de dois aldrabões ingleses, «sem a mínima ideia política, com o fim único de arranjar alguns centos de libras, roubando lojas e explorando a credulidade dos indígenas», a quem teriam feito acreditar que a recente visita a Lourenço Marques da esquadra britânica do Almirante Rawson tinha por fim apoiá-los contra os portugueses. Mouzinho leva a efeito conversações com o governo do Transval sobre como acabar com os saques.

A resposta foi militar: o capitão Gomes da Costa, com menos de duzentos homens, uma diminuta cavalaria e duas peças de artilharia, vence os vátuas do Maguiguana, tendo o plano a anuência de Mouzinho de Albuquerque, que se lhes juntou vindo do Norte, da campanha do Namarrais, porventura no até então mais rápido raid de cavalaria de sempre em África, culminando na vitória de Macontene, já liderada por Mouzinho. O chefe Maguiguana foi decapitado, e a sua cabeça, conservada em álcool, foi exibida aos chefes das tribos a ele aliadas. Era o fim da revolta vátua. Sucedem-se os telegramas de felicitações de Lisboa: do Rei, do governo e da Câmara.

O mérito militar das vitórias de Mouzinho foi sempre muito apreciado por ingleses e boers, mas a sua veia diplomática nunca o tornou submisso a qualquer ofensa ou arrogância estrangeira. O seguinte episódio mostra-o claramente: durante o seu governo, em Lourenço Marques, o cônsul alemão, o Conde von Pfeil, que se encontrava embriagado, desrespeitou uma procissão, enterrando ostensivamente o chapéu à sua passagem. A boa gente laurentina, ofendida, apedreja o consulado alemão. Receando o que se poderia vir a tornar um grave incidente diplomático, as ordens de Lisboa são claras: o Comissário Régio deve deslocar-se ao consulado, e apresentar desculpas em nome do Estado Português. Mouzinho recusa. Apenas o pedido pessoal do Rei D. Carlos por telegrama o faz mudar de atitude. Pela Pátria e pelo Rei, tudo! Mouzinho vai ao consulado alemão e apresenta as tão desejadas desculpas. Passados poucos dias, numa cerimónia de cumprimentos das autoridades consulares, o arrogante cônsul alemão ficou de mão estendida face ao Comissário Régio. Era esta a tèmpera

do major Mouzinho de Albuquerque.

Visita oficialmente Pretória, capital do Transval, onde foi alvo de manifestações amistosas das autoridades locais. É recebido por Paul Kruger, presidente da República Sul-africana, e líder da resistência boer contra o domínio britânico.

Com a pacificação de Moçambique, é propósito do Comissário Régio promover a agricultura, o comércio, a indústria e introduzir um sistema de impostos na Província. Instituiu a prata portuguesa como única moeda corrente, sendo que até aí circulavam a libra inglesa, a libra transvaliana, várias pratas, rupias e até, imagine-se, pesos mexicanos. Tentou regulamentar a emigração e promoveu a vinda de colonos e comerciantes portugueses. Disciplinou as companhias majestáticas como a Companhia de Moçambique ou a Companhia do Niassa, tendo dúvidas sobre a política de concessões feita pelo governo de Lisboa, já que tinham maioritariamente capitais estrangeiros e como tal, eram mais orientadas pelos investidores das bolsas de Paris e Londres do que pelo interesse português.

Constantes desentendimentos com o Presidente do Conselho de Ministros, José Luciano de Castro, fazem pressentir uma difícil coabitação com o governo central. Consta que aquele terá inclusive, mais tarde, ponderado levar Mouzinho a Conselho de Guerra por desrespeito ao governo. Talvez a intervenção do Rei, ou a inexistência em Portugal de um único oficial que aceitasse julgar Mouzinho, fizeram-no recuar. Mouzinho, entre amigos, referia-se frequentemente ao Presidente do Conselho como o «Bacôco».

Marcado pela morte em combate de Caldas Xavier, seu grande amigo desde os tempos da Índia, intercede junto do seu também grande amigo Conde de Arnos, Bernardo Pindela, secretário do Rei: troca todas as glórias, que lhe eram devidas por Chaimite, por amparo para a família do seu amigo, de que era único provedor e amparo. Foi também generosíssimo nos prémios pecuniários a quem o acompanhou nas campanhas. Se não concordassem, «que me descontem do ordenado»...

A Vinda à Europa

Em Dezembro de 1897, vem a Lisboa, viajando primeiro de comboio até Pretória, onde foi hóspede de Estado do presidente Paul Kruger, que o recebeu pessoalmente, com honras militares, continuando ainda de comboio até à Cidade do Cabo onde embarcou no «Peninsular» para Lisboa. Mouzinho manteve sempre boas relações com

as autoridades do Transval. Estes viam nos portugueses um aliado na luta contra a tendência expansionista inglesa, e o braço direito de Kruger no governo, Wilhelm Leyds, deslocou-se algumas vezes a Lourenço Marques para conferenciar com o Comissário Régio Mouzinho, vindo mais tarde também a apresentar credenciais em Lisboa como Ministro Plenipotenciário daquele país para a Europa. Os Sul-Africanos temiam que o porto de Lourenço Marques caísse nas mãos dos ingleses e sabiam que Mouzinho seria sempre um aliado na luta contra a intenção inglesa de dominar toda a África Austral.

Ao chegar a Lisboa, e como acontecia normalmente com os regressos vitoriosos dos corpos expedicionários a África, tem uma recepção apoteótica, a maior de sempre, à maneira dos antigos generais de Roma, com o povo em massa nas ruas a aclamá-lo, em ambiente de fervor patriótico poucas vezes vistos na História de Portugal. O Rei D. Carlos espera-o pessoalmente e abraça-o no Arsenal da Marinha, com a rainha D. Amélia e os príncipes também presentes. É homenageado por todo o país, e condecorado com a Torre e Espada, na presença da família real, do governo, do corpo diplomático acreditado e das altas patentes militares. Mouzinho goza de um capital de confiança como poucos portugueses tiveram em toda a história da nacionalidade. Viaja pelo país e em Torres Vedras, Leiria, Braga e Porto é recebido em delírio, como um Herói. Mas os Heróis, se agradam ao povo, despertam sempre invejas na baixa política.

O Périplo Diplomático

No Outono de 1895, o Rei D. Carlos fizera uma viagem de Estado a Paris, Londres e Berlim, tentando uma operação de charme para a política colonial portuguesa, lembrando a gravíssima situação financeira do Estado, e o perigo que a perda das possessões africanas significaria. Lembrava, com oportunidade, as demais monarquias europeias suas congéneres do perigo republicano, que alastraria na Europa se a Monarquia portuguesa fosse deposta.

A viagem pelas capitais europeias Paris, Londres e Berlim que Mouzinho empreendeu em Março de 1898, a pedido do Rei, não está ainda hoje totalmente esclarecida quanto aos seus objectivos. Uma simples viagem de consagração e recolha de comendas, homenagens e cumprimentos? Terá apenas tratado de questões menores ligadas à administração de Moçambique? Seria apenas mais um agradecimento que o Rei D. Carlos lhe dava fazendo-o condecorar pela Rainha Vitória e pelo Kaiser Guilherme?

Oficialmente, é condecorado pela Alemanha com a distintíssima Águia Vermelha, de segunda classe, com Espadas; em Espanha recebe a Comenda da Ordem Carlos III; a Inglaterra agracia-o com a Grande Ordem de São Miguel e São Jorge; a Bélgica fá-lo Comendador da Ordem de Leopoldo I; é Oficial da Legião de Honra de França, Comendador da Ordem de São Maurício e São Lázaro de Itália, e Comendador do Dragão do Grão-Ducado de Mecklenburgo-Schwerin.

A honra recebida na Alemanha é de tal importância que foi apenas o segundo estrangeiro a recebê-la naquele país.

Já conhecido e admirado na Europa, Mouzinho era nesta altura o melhor embaixador ao serviço da Coroa Portuguesa, em oposição ao descrédito em que sucessivos maus governos nos mergulharam. Mas enquanto Chefes de Estado condecoravam Mouzinho, os seus governos e embaixadores continuavam perfidamente a negociar entre si a divisão das nossas possessões ultramarinas.

Escreve o General Ferreira Martins: «Dessa viagem, onde conversou com as mais altas individualidades daquelas nações, especialmente versadas em assuntos do Ultramar, colheu Mouzinho impressões várias que ao governo português transmitiu lealmente no seu regresso ao país».

Se verificou em França, apesar de pessoalmente recebido pelo Presidente Félix Faure, um interesse meramente comercial, pode dizer-se, pelas colónias portuguesas, encontrou em Inglaterra muito mais vivo interesse principalmente pelo futuro de Lourenço Marques, mercê da sua vizinhança com o Transval. Mas impressionou-o sobretudo o conhecimento perfeito que encontrou na Alemanha, no próprio imperador Guilherme, dos assuntos relativos à nossa Província de Moçambique. O Kaiser era um admirador de Mouzinho desde que lhe chegaram ecos do feito de Chaimite, que designou como «o feito militar de maior audácia do século XIX». Foi triunfante a passagem de Mouzinho por Berlim, despertando grande interesse na imprensa local. A atrás mencionada distintíssima condecoração que recebe do Imperador pode também ser interpretada como um sinal para Londres do grande interesse alemão por Moçambique.

Cai mal em Londres esta visita a Berlim, já que os ingleses viam em Mouzinho um germanófilo, e a imprensa alemã noticia a visita como uma negociação luso-germânica para impedir às pretensões britânicas ao porto de Lourenço Marques. Outra preocupação

dos ingleses era a concessão de Catembe, pretendida pelos alemães, e vista pelos ingleses como um entrave à sua política na África Austral. Os alemães pretendiam construir uma linha de caminho-de-ferro através da Suazilândia que terminasse em Catembe, fazendo aqui um importante porto ao serviço da Alemanha e dos boers, tornando aquela uma base de fornecimento de carvão à sua marinha. Escreveu Mouzinho: «O Império Germânico tem ali também grandes interesses. Em toda a África Austral o alemão vai espalhando os seus artigos made in Germany, os quais, pela modicidade dos preços e pela persistência e boa orientação dos vendedores, vão suplantando os produtos mais perfeitos, mais caros da indústria inglesa e muito convinha àquele governo ter um porto, depósito de carvão e base de operações navais na África Austral.»

Os ingleses estavam assim desconfiadíssimos desta passagem de Mouzinho por Berlim, já que, como Comissário Régio, tinha o poder para negociar a tão pretendida concessão de Catembe. Da parte alemã, o principal interessado era um homem de negócios de Hamburgo de nome Heiffe, que em Agosto de 1897 publicou um artigo altamente elogioso para Mouzinho no *Kolonialzeitung*: «Apesar de Mouzinho ser português de corpo e alma, ele é também suficientemente livre de preconceitos para reconhecer que é de interesse do país aplicar capital e saber estrangeiro para o seu desenvolvimento.»

O próprio Imperador intercedeu a favor de Heiffe na audiência que concedeu a Mouzinho, tal a importância que o poder político alemão dava àquela concessão, considerada vital para os interesses germânicos em África. Os alemães viriam de facto a ganhar a concessão, em mais uma acção, talvez concertada, no sentido de tornar a Alemanha um contra-peso à enorme influência inglesa na região, em particular no Sul de Moçambique. Alguns historiadores chamaram a isto o «factor germânico».

Mouzinho sabia da inevitabilidade para Portugal da entrada de capital estrangeiro nos projectos de investimento que tinha para Moçambique: «Imaginar que esta cidade (Lourenço Marques) se há de desenvolver só com capitais portugueses é infelizmente uma utopia irrealizável, supor que os estranhos irão empregar ali o seu dinheiro, sem que se lhes dê garantia de segurança e margem para auferir lucros proporcionados aos riscos que correm, é absurdo.»

Mas diversificou as concessões, não concentrando o capital, e a concessão de Tembe, por exemplo, foi entregue a um consórcio anglo-canadiano em 1897.

Apesar da nefasta acção das companhias majestáticas inglesas em Moçambique nos últimos anos, Mouzinho sabia que nunca encontraria em Portugal o capital necessário aos investimentos com que sonhava para Moçambique, pelo que estava conformado com as inevitáveis concessões a estrangeiros.

Talvez, politicamente, lhe fosse preferível a entrada de capital alemão, já que deste modo refreava os ímpetos ambiciosos dos ingleses em relação a Lourenço Marques. Assim, estava disponível para a participação alemã na concessão de Catembe, mas queria que Portugal mantivesse a maioria do capital. A imprensa alemã politizou a questão, e o Berliner Lokal Anzeiger escreve que o verdadeiro propósito da ida de Mouzinho a Berlim era procurar ali apoio contra os ingleses na protecção da Baía de Lourenço Marques. Mouzinho dá uma entrevista a este jornal na qual afirma que Portugal não cederá o caminho-de-ferro de Lourenço Marques, e que Portugal se oporá sempre às tentativas ingleses de se apoderarem daquele porto. Esta entrevista provoca grande indignação em Londres, com o The Times a anunciar que em breve o governo português desmentiria aquelas afirmações.

Verificou, com pesar, que enquanto que naqueles países se trabalha com o fito no interesse da colectividade, em Portugal, pelo contrário, não raro se antepõem aos interesses da Nação as questiúnculas de ordem pessoal, de que aliás ele próprio viria a ser vítima.

A Hipótese da Ditadura Militar

Por detrás desse périplo europeu de consagração e negociações comerciais, iria Mouzinho, a pedido do rei D. Carlos, e face ao contínuo descrédito do regime constitucional envolto em corrupção, saber como reagiriam as potências europeias à suspensão provisória do parlamentarismo em Portugal e à instauração de um regime de ditadura militar, que livrasse o país da classe decadente que o vinha a governar? Na célebre carta de Mouzinho ao Príncipe Luís Filipe, em que está espelhado o seu pensamento político, a Instituição Militar é vista como a única não corrompida. Mas era fundamental saber à priori como reagiriam estas potências. E se de facto avançasse o golpe, seria esse governo chefiado pelo próprio Mouzinho?

Segundo Aires de Ornelas, em cartas que deixou, Mouzinho queria de facto esse governo militar, fora do habitual espectro de partidos que odiava, mas não chefiado por si. O Rei D. Carlos estava hesitante e alguns amigos tentaram convencer Mouzinho a unir-se a João

Franco, o que Mouzinho sempre recusou.

Outro seu camarada e amigo, Artur Sanches de Miranda, em carta de 19 de Junho de 1931, escreve a Francisco Toscano, referindo-se a Mouzinho: «...esse português de lei, que pena é tenha desaparecido tão cedo, e o seu culto pela disciplina o não deixasse tomar conta do Governo de Portugal. Melhor estávamos, estou certo, do que hoje estamos.» Tudo parece indicar que a hipótese de um governo militar chefiado por Mouzinho esteve, pelo menos, em cima da mesa.

Durante a sua estadia em Lisboa, Mouzinho foi recebido pelo Ministro da Inglaterra, Sir Hugh MacDonnell. Ter-se-á manifestado farto da decadência dos partidos políticos, inclusive dos monárquicos, que eram quem mais contribuía para o descrédito da monarquia. Acusa-os de terem minado o regime, o que levaria à entrega do poder aos republicanos. Num memorando da época, do sub-secretário britânico dos Negócios Estrangeiros Francis Bertie, informado pelo seu Ministro em Lisboa, está escrito: «Sir Hugh MacDonell pensa que o major Mouzinho tem em vista uma ditadura, como o único meio de salvação do seu País.»

Parece então que apenas a hesitação do Rei o impede de instaurar em Portugal uma ditadura militar. Com o prestígio que capitalizara, o sucesso do golpe era garantido, mas Mouzinho nunca o faria sem a concordância do Rei D. Carlos. O General Ferreira Martins, na sua obra Mouzinho, coloca oportunamente a hipótese de esta indecisão do Rei D. Carlos ter custado a vida a ambos, uns anos mais tarde.

Regresso a Moçambique

Em Abril de 1898, regressa a Moçambique, onde o Secretário-Geral do Governo, Baltazar Cabral, ficara a assumir o cargo de Governador interinamente. Na sua ausência, Aires de Ornelas explorara os territórios do Niassa e da Zambézia, confinantes com o Niassa inglês, onde se exercia o protectorado britânico da África Central, e cujas fronteiras não estavam ainda bem definidas, cativando os chefes locais para o reconhecimento e vassalagem à Coroa e soberania portuguesas. Aires d'Ornelas conferenciou com as autoridades inglesas das províncias fronteiriças que, admirando a notável obra militar e administrativa do Comissário Régio Mouzinho de Albuquerque, admitiam não haver qualquer atrito entre as duas potências, reconhecendo os «heróicos esforços de Portugal no interesse da paz e da civilização, não só nas suas colónias africanas mas em toda a parte onde hasteou a sua bandeira», como escreveu o inglês

Cunningham, Secretário do Governo no Niassa. Os feitos militares de Mouzinho valiam créditos á mesa das negociações diplomáticas.

Em Maio, a convite do Governador da África Oriental Alemã, o general Sibert, visita Dar-es-Salam. É de tal maneira bem recebido que desconfia e, em telegrama para o Embaixador de Portugal em Londres, o Marquês do Soveral, aconselha que se apresse o tratado com a Inglaterra, na altura em negociação.

Continua a aposta no desenvolvimento económico da Província, apostando nos caminhos-de-ferro, particularmente em Lourenço Marques. Esta era uma velha esperança da administração colonial portuguesa em Moçambique, e igualmente fundamental para a emancipação comercial do Transval. Este caminho-de-ferro consistiria essencialmente em dois troços: um de Lourenço Marques à fronteira dos Libombos e um outro da fronteira portuguesa a Pretória.

A sentença de Mac Mahon de 1875, favorável a Portugal sobre a fronteira Sul de Moçambique, conduziu também ao Transval, que assim pode avançar com a construção da linha, e nesse mesmo ano o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrade Corvo, assina um tratado de amizade e comércio com o Transval, acordando-se a disponibilidade do governo português para permitir a utilização do porto de Lourenço Marques como a melhor passagem para Pretória.

Desde 1874 que se negociava com companhias inglesas a concessão para a construção do caminho-de-ferro de Lourenço Marques, fazendo-se estudos e orçamentos, mas a questão fica parada em 1877 com a anexação do Transval pela Coroa Inglesa. Os ingleses mantinham o interesse na obra, já que sabiam que Lourenço Marques seria o porto que melhor serviria o comércio no Transval, mas em 1881, com a reconquista da independência pelo Transval, são os sul-africanos quem torna a negociar com Portugal o projecto. Começam a aparecer em Lisboa os caçadores de concessões, e entra então em acção um americano de passado duvidoso, o coronel Edward MacMurdo, um veterano da Guerra Civil Americana, onde serviu sob as ordens de Grant, a oferecer-se para formar uma companhia, com o encargo de construir a linha em território português. O contrato, depois de autorizado, foi assinado em Londres, em 14 de Dezembro de 1883. MacMurdo cedo se revelou pouco cumpridor das obrigações que assumira e desrespeitou por completo o acordado. Com sucessivos adiamentos ao início das obras, as autoridades portuguesas aperceberam-se que haviam sido burladas e resolvem rescindir o contrato.

O representante da companhia no terreno era então o vice-cônsul inglês Philip Knee, tendo-se criado um clima de enorme tensão que culminou na prisão de alguns ingleses, no que pode até ser visto como uma tentativa da companhia inglesa de forçar uma invasão de Lourenço Marques pelas tropas britânicas. Contudo, a situação acabou por se resolver pacificamente.

O governo português prontificou-se a pagar o que devia à companhia pelos trabalhos por ela realizados. Esse montante só muito mais tarde foi apurado, pelo Tribunal Arbitral de Delagoa, na chamada «Sentença de Berna», já em 1900. Cerca de um milhão de libras foi o montante ditado como devido aos concessionários, que acharam pouco. Foi brilhante a intervenção jurídica do coordenador português do processo, Nogueira Soares, já que se temia uma sentença muito mais penosa para Portugal.

O Comissário Régio Mouzinho, ao querer por força avançar com o projecto de reabilitação do porto de Lourenço Marques, deparava-se sempre com entraves de Lisboa, já que aqui se temia que grandes obras no porto implicariam grande utilização do caminho-de-ferro e, conseqüentemente, o disparar do valor daquela indemnização. Mas, em 1895, era inaugurada a linha que unia Lourenço Marques ao Transval, na presença do Presidente Paul Kruger.

Continuou-se a ocupação agrícola, rasgaram-se estradas, construíram-se pontes e o comércio desenvolveu-se. Mouzinho privilegia igualmente a actividade diplomática: conferencia com as autoridades do Niassa inglês; é por estas assegurado a Mouzinho que não há o menor atrito entre as autoridades dos dois países em relação a qualquer questão territorial. O prestígio militar de Mouzinho está no auge e traz ganhos políticos evidentes, contendo o expansionismo inglês. Militarmente, a Zambézia é também pacificada, numa operação comandada pelo tenente João de Azevedo Coutinho, bem como o distrito de Moçambique, pelo capitão Baptista Coelho.

O Estranho Regresso a Lisboa

Mouzinho de Albuquerque foi um dos maiores africanistas dos quase seis séculos de história colonial portuguesa. Segundo o Prof. Veríssimo Serrão, com a sua obra em África «um destino radioso se abria à Nação Portuguesa nos territórios de África, que se impunha pacificar em proveito de brancos e nativos, numa onda de progresso material e de aproximação humana.»

Mas uma vez mais seria traído pela intriga política dos

corredores do poder em Lisboa. Em Julho de 1898, os poderes dos Comissários Régios (e Mouzinho era o único na altura) são fortemente diminuídos pelo governo de José Luciano de Castro. Mouzinho não consegue de facto governar sem que o seu menor acto administrativo tenha de ser aprovado em Lisboa.

Houve várias divergências com o governo central que, traiçoeiramente, depois de o exaltar em Lisboa apenas alguns meses antes, o vem agora desacreditar publicamente reduzindo-lhe consideravelmente as competências. Mouzinho sempre se queixou da pouca autonomia administrativa de que dispunha se comparada por exemplo com a do seu antecessor António Ennes. Faltavam constantemente reforços militares e médicos para a sua Província, as prometidas obras no porto de Lourenço Marques nunca avançavam, havia falta de pessoal administrativo que assegurasse os serviços. E especial mágoa causou-lhe serem retirados os poderes de «representar o governo em negociações diplomáticas».

Mouzinho sempre considerou absolutamente fundamental a aposta no porto de Lourenço Marques como pólo dinamizador da economia da Província. Sabia que os ingleses o cobiçavam. Em 1897, o governo de Lisboa autorizara finalmente as obras para o melhoramento do porto de Lourenço Marques, aprovando a quantia de 5.000 contos, um valor impressionante para a época, de resto superior a todo o orçamento da Província. O aproveitamento do porto seria, pensava Mouzinho, a melhor resposta de afirmação política e económica que Portugal poderia ter no Sudeste africano, retirando grande parte do tráfego ao porto de Durban. A demora na libertação das verbas pela burocracia do governo exasperava-o.

A baía de Lourenço Marques e o seu porto eram no final do século XIX um ponto-chave na política internacional, e a sua disputa era acompanhada por todos os governos da altura com pretensões coloniais, de Washington a Sampetersburgo, passando por todas as capitais europeias. Estranho que, em 1832, o Duque de Palmela tenha sido encarregue pelo Rei D. Pedro IV de ir a Londres negociar com a Inglaterra a intervenção desta a favor da sua filha D. Maria II, e a troca tenha proposto a cedência de Lourenço Marques. Felizmente, não tinham ainda na altura os ingleses a noção da importância estratégica daquele porto e declinaram a oferta.

Mouzinho, durante a negociação da concessão de Catembe, irritara-se especialmente com a falta de informação disponível e com as demoras de despacho sobre o assunto em Lisboa. Queixa-se a José Luciano do

facto de ter tido de ser ele próprio a deslocar-se junto de diplomatas alemães e ingleses em Lisboa, para que lhe explicassem em que pé estavam as negociações, iniciadas ainda durante o consulado de António Ennes em Moçambique. Mouzinho discordava em absoluto dos moldes como António Ennes conduzira as negociações de concessão com os ingleses e, tendo a oportunidade de a discutir pessoalmente em Londres com o Secretário de Estado Chamberlain e o sub-secretário dos Negócios Estrangeiros Balfour, tentou renegociar, mas acabou por concessionar aos alemães.

Num ofício que deixou ao seu sucessor no governo de Moçambique, Schultz Xavier, há fundamentalmente três assuntos de política externa para os quais chama a atenção. O primeiro é a atrás citada concessão do Catembe. O segundo é o pagamento, também acordado ainda no governo de António Ennes, de indemnizações a súbditos suíços por perdas sofridas durante as campanhas militares, e em que, estranhamente, remete a solução para o Cônsul de França em Lourenço Marques. A terceira questão pendente é relativa às fronteiras do distrito da Zambézia com o protectorado inglês da África Central, que Aires de Ornelas havia negociado, mas a que faltava a formalização oficial. Informa-o também das legações importantes que Portugal tem na região, como sejam o Consulado-Geral em Pretória com Encarregado de Negócios, e os Consulados em Durban e Zanzibar, com Cônsules residentes. É sua opinião que estes três postos diplomáticos portugueses deveriam estar subordinados ao governo de Moçambique, e recomenda a instalação de mais consulados em Salisbury, Bulawaio e Zomba, com fins tanto políticos como comerciais. Alerta-o também para a inevitável correlação entre a situação política nos vizinhos Transval e Rodésia nas contas do governo de Moçambique, muito dependente das receitas alfandegárias, ferroviárias e portuárias que aqueles vizinhos proporcionavam. Chama a atenção para a necessidade de pressionar constantemente o governo português para que se aumente a competitividade do porto de Lourenço Marques, fundamental para o desenvolvimento e prosperidade da província, sentido profunda mágoa por não ter conseguido completar as respectivas obras. Chama a atenção para alguns régulos das regiões ainda com diminuta penetração colonial, que se iam mostrando mais afrontadores para a administração portuguesa, apesar da situação militar no território se poder qualificar de controlada.

A passagem de Mouzinho por Moçambique é consensualmente marcada por um conjunto de grandes vitórias militares, mas também políticas e diplomáticas. Não procurou a guerra, mas também não fugiu dela e foi

um diplomata quando teve de ser.

Nunca teve um bom relacionamento com os ministros do Ultramar com quem teve de lidar: Barros Gomes, Eduardo Vilaça e, principalmente, Dias Costa, que nutria particular antipatia por Mouzinho. Num telegrama para Lisboa em que Mouzinho pede soldados para completar as campanhas, o Ministro do Ultramar lembra-o de que as operações militares já se arrastam há demasiado tempo. Mouzinho replicou no seguinte telegrama: «Pedi soldados, não pedi conselhos.»

Noutra ocasião, recebeu instruções do então Ministro do Ultramar Barros Gomes, mais tarde Ministro dos Negócios Estrangeiros, que considerou de tal maneira «tolas» que a sua execução corresponderia ao fim do porto de Lourenço Marques a favor de Durban ou Port-Elizabeth, recusando-se a obedecer. Tão pouca confiança tem no governo central que teme pela perda dos Açores para os americanos e da Madeira para os ingleses, e disso se queixa em carta ao Conde de Arnos em Junho de 1898.

Pretendia porventura José Luciano que o governo de Moçambique fosse feito pela Secretaria de Estado do Ultramar, em Lisboa? Não se percebia em Lisboa que esta pouca autonomia administrativa do Comissário Régio servia apenas à expansão industrial e comercial estrangeira em Moçambique?

Os seus inimigos em Lisboa espalhavam rumores e boatos falsos sobre a administração de Mouzinho em Moçambique. Nem o governo, nem o Rei, que tanto lhe devia, o defenderam.

Uma pesada troca de telegramas entre o Comissário Régio e o Presidente do Conselho, nesse mês de Julho de 1898, acaba na aceitação do pedido de demissão de Mouzinho e pelo seu regresso à metrópole em Agosto. A maioria da sua administração acompanha-o na demissão e no regresso.

Numa Circular de despedida que redigiu, dirigida aos seus governadores de distritos, e uma vez mais realçando a primordial importância que sempre confiara à questão da diplomacia, estes são assim lembrados: «Aos cônsules, vice-cônsules e agentes consulares das nações estrangeiras transmitirão V.as S.as a expressão da minha satisfação pela maneira cordata e amigável como em geral procederam os habitantes da Província pertencentes às nacionalidades que representam, tendo mesmo muitos deles prestado ao governo valiosos serviços. E aos mesmos cônsules, vice-cônsules e agentes consulares, servir-se-ão V.as S.as

significar a esperança que tenho de que se continuem as cordiais e boas relações em que têm sempre estado com os governos dos distritos.»

Mouzinho aproveita, na sua qualidade de profundo conhecedor da realidade colonial da época, para criticar não só a política colonial portuguesa, mas igualmente as suas congéneres europeias, que nunca abdicaram do centralismo metropolitano, e nunca cederam às suas administrações locais a autonomia de que estas necessitavam para o correcto desenvolvimento e progresso das províncias ultramarinas: «Ora tem sido a meu ver bem patente e manifesta a acção esterilizadora dessa administração não só nas colónias portuguesas mas mesmo nas das restantes nações da Europa. A grande distância, a morosidade e pouca frequência de comunicações e o pouco conhecimento e defeituosa compreensão que há na Europa das necessidades e circunstâncias mais atendíveis nos países do Ultramar, tornam improfícua, quando não nociva, a administração directa do governo da Metrópole nas Colónias. E dá-se em Moçambique uma circunstância agravante: acha-se esta Província cercada pelas possessões alemãs, protectorado britânico da África Central, Rodésia, República Sul-Africana e colónia do Natal, países uns de todo autónomos, administrativa e financeiramente, e todos com um governo local dotado das mais largas atribuições. Está em competência comercial com dois destes países, pode e deve entrar nessa competência com mais alguns, ao passo que outros são já hoje e mais serão no futuro, servidos por vias comerciais que atravessam este território. Entendo que uma Província nestas condições não pode ser governada de tão grande distância como a que a separa de Portugal, quando é preciso atender constantemente e de pronto a factos inesperados, a circunstâncias determinantes que de momento surgem na vida destas Províncias.»

A sua passagem pelo governo de Moçambique coincide com um período de prosperidade e crescimento económico na Província. As receitas do governo em 1897 cresceram 147%.

A saída de Mouzinho do governo de Moçambique foi vista com estranheza em toda a Europa. Na Alemanha, onde a sua obra havia sempre sido particularmente apreciada, a imprensa dedica-lhe especial tributo com vários textos publicados, descrevendo-o como um entusiasta da colaboração luso-alemã em África, e o subsecretário alemão dos Negócios Estrangeiros, o Barão de Richthofen, confia ao Conde de Arnos que esta saída provocara grande «estranheza» ao governo alemão.

O Fim

D. Carlos, percebendo o erro e a injustiça que o país comete sobre um dos seus mais fiéis, tenta compensá-lo, dando-lhe a Comenda da Ordem de Aviz e nomeando-o seu Ajudante de Campo e, principalmente, preceptor e aio do Príncipe Real D. Luís Filipe, herdeiro do trono. Muito provavelmente, o Rei D. Carlos quis homenageá-lo e premiá-lo com estas distinções e honras, mas estava na verdade a condená-lo. Mouzinho viria a escrever, em carta ao Conde de Arnoso, referindo-se à Corte: «Maldito o dia em que para lá entrei!» Compara a sua posição na corte à de um «eunuco de serralho, a escorrer sangue da mutilação a qualquer movimento». Sofria e definhava, como o país.

O regresso de Mouzinho a Lisboa é encarado por alguns como o regresso do salvador da pátria, um D. Sebastião que vem do cativo para salvar a nação do lamaçal em que mergulhara. E Mouzinho ataca de frente a classe política e partidária, em particular José Luciano, e acaba mesmo por ver a sua relação com o Rei deteriorar-se. Mais tarde, viria a mudar de opinião em relação ao José Luciano, reconhecendo que ambos haviam sido vítimas da intriga e da calúnia.

Segundo uma carta a seu primo e cunhado Luís Gaivão, Mouzinho tentou ainda convencer o Rei D. Carlos a dar-lhe o comando de uma força portuguesa que se juntasse aos contingentes europeus que intervieram na China em 1899. Também pediu ao Rei que o enviasse como observador à guerra anglo-boer de 1900-02, pela qual sempre se interessou e acompanhou entusiasmado. Já em 1899, o Marquês de Soveral, que negociava nova confirmação da aliança luso-britânica, telegrafara de Londres sugerindo ao governo que Mouzinho regressasse para Moçambique, já que seria quem melhor poderia gerir a posição portuguesa na guerra anglo-boer, então iminente. Mouzinho nunca aceitaria ir, tendo saído de Comissário Régio como saiu, mas nunca também José Luciano lho permitiria. Tal era inadmissível para um Mouzinho que, em carta ao amigo Conde de Arnoso, chegou jocosamente a lamentar-se por, após a sua exoneração de Comissário Régio em Moçambique, não se ter alistado em Pretória para combater ao lado dos boers. Na mesma missiva, Mouzinho fala de algumas calúnias levantadas pela imprensa portuguesa alinhada com os ingleses, segundo a qual teriam sido os boers os instigadores dos nativos africanos contra o Império Português. Apesar de sempre se manifestar um apoiante da Velha Aliança, Mouzinho sabia melhor que ninguém que eram principalmente os ingleses quem instigava essa

revolta. O governo não se manifestava, já que negociava um importante empréstimo de cinco milhões de libras, precisamente à Inglaterra e à Alemanha, com fortes concessões e contrapartidas políticas e militares em Moçambique.

No dia 8 de Janeiro de 1902, em Lisboa, Portugal fica muito mais pobre com a morte de Mouzinho. Para alívio de alguns poucos, mas para profundo consternamento de muitos. Portugal parou durante uns dias para homenagear aquele que era um dos melhores de entre os seus. Em sessão solene na Câmara dos Pares, disse o Conde de Valenças: «Foste um ambicionador de glória, que sacrificando a vida sem temor da morte, nos fizeste respeitados na Europa.»

Jaz no Cemitério dos Prazeres, apesar de ter demonstrado em vida o desejo de ser sepultado na Batalha, não por vaidade mas por aí ter sido baptizado. As circunstâncias da sua morte são ainda hoje estranhas e provavelmente sê-lo-ão sempre. Fazia naquele dia precisamente seis anos que morrera o seu grande amigo Caldas Xavier, morto em combate pela Pátria em África, por quem sentia profunda admiração. Sentia atracção pela morte e por diversas vezes lamentou não tombar em combate. O seu primo e cunhado Pedro Gaivão falava duma «incompatibilidade quase instintiva dum homem e duma época». O General Ferreira Martins diz que Mouzinho «não gostava de viver e não tinha medo de morrer». Mouzinho quis mesmo morrer em combate, e não ser visto como uma figura meramente decorativa do regime.

Considerações Finais

É indiscutível que as acções de índole diplomática empreendidas por Mouzinho tiveram enorme repercussão e contribuíram eficazmente para a salvaguarda pacífica dos interesses de Portugal em África. Foi graças a Mouzinho e a outros que se tornou impossível durante muitos anos a repetição dos tristes acontecimentos de 1890. As relações pessoais que estabeleceu e a admiração que suscitava entre os mais poderosos da Europa foram créditos importantes para a política externa portuguesa.

Também pela sua acção como governante em Moçambique contribuiu para o bom relacionamento com os representantes locais das potências europeias, e com os dirigentes políticos dos territórios vizinhos. A sua recta personalidade, aliada a um sentido exacerbado de serviço, permitiram-lhe toronar a teia burocrática com a qual o Terreiro do Paço limitava uma eficaz acção governativa local.

Mouzinho é indubitavelmente monárquico, mas seria ele um liberal ou um miguelista?

Na sua carta ao Príncipe D. Luís Filipe, belíssimo documento histórico-militar de exortação patriótica, Mouzinho faz um grande elogio a D. Pedro IV. Mas, na mesma missiva, refere-se genericamente à figura do Rei como «uma sentinela permanente, que não tem folga porque, nomeado por Deus, só Ele o pode mandar render e então envia-lhe a morte a chamá-lo ao descanso», num discurso marcadamente tradicionalista, ou mesmo absolutista. Mas referindo-se aos seus projectos políticos para Moçambique, recusa liminarmente os princípios liberais, de separação dos poderes e de democracia representativa para a colónia, afirmando que os africanos não estavam para eles preparados.

É profunda a admiração sentida por todos os que com ele serviram. Ainda hoje, mais de 100 anos depois do seu desaparecimento, é impressionante a admiração, quase devoção, que os militares lhe dedicam, particularmente os da arma de Cavalaria, de que é patrono.

Depois da notável acção militar, política e diplomática de Mouzinho em Moçambique, um país que poucos anos antes era humilhado pela todo-poderosa Inglaterra, passou a ser uma voz mais ouvida e respeitada na cena internacional. Aliada à fina acção diplomática do Rei D. Carlos, Portugal recupera prestígio e a prova é que entre 1903 e 1905 visitaram Lisboa Eduardo VII, Rei de Inglaterra, Afonso XIII, Rei de Espanha, o Kaiser alemão Guilherme II e o Presidente francês Émile Loubet.

Como seria diferente a História sem a morte prematura de Mouzinho? Sem regicídio? Sem república? E se Mouzinho estivesse com Paiva Couceiro na contra-revolução monárquica?

Mouzinho devolveu a alma a um povo que estava de rastos, sem auto-estima, zangado consigo próprio. As suas vitórias levantaram de novo o esplendor de Portugal, galvanizaram o povo e serviram de esteio à Pátria, humilhada no cenário internacional pelo Ultimatum Inglês, salvando-a das ambições usurpadoras e imperialistas estrangeiras, permitindo-nos manter Angola e Moçambique. Foi graças a Mouzinho e outros grandes africanistas portugueses, que se atingiram notáveis níveis de bem-estar económico e social em Moçambique durante os três primeiros quartéis do século XX.

Teria defeitos e virtudes como todos os homens, mas foi um português notabilíssimo.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Fernanda Mouzinhode, *Esclarecendo*, Lisboa, [Edição de Autor], 1966.
- ALBUQUERQUE, Joaquim Augusto Mouzinho de, *Moçambique 1896-1898*, Lisboa, Manuel Gomes Editor, 1899.
- ALBUQUERQUE, Joaquim Augusto Mouzinho de, *Livro das Campanhas*, 2 vols., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935.
- ALMEIDA, Francisco Ferreira de, *Direito Internacional Público*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003.
- Cartas de Mouzinho de Albuquerque ao Conde de Arno*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário de Mouzinho de Albuquerque, 1957.
- Catálogo da Exposição de Mouzinho de Albuquerque, no 40.º aniversário da tomada de Chaimite*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935.
- CUNHA, Amadeu, *Mouzinho*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944.
- d'EÇA, Filipe Gastão Almeida, *Ecos do Centenário de Mouzinho*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário de Mouzinho de Albuquerque, 1958.
- GAIVÃO, João Pedro de Mascarenhas, *Dois coloniais João Gaivão e Luiz Gaivão*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935.
- GAIVÃO, João Pedro de Mascarenhas, *Mouzinho de Albuquerque*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936.
- GUEVARA, Gisela, *As relações entre Portugal e a Alemanha em torno de África*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2006.
- MAGALHÃES, José Calvet de, *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Bizâncio, 2005.
- MARTINS, Ferreira, *Mouzinho*, Lisboa, Edições Excelsior, 1965.
- NUNES, António Pires, *Mouzinho de Albuquerque*, Lisboa, Prefácio, 2003.
- QUINTINHA, Julião e Francisco TOSCANO, *A derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque*, 2 vols., Lisboa, Nunes de Carvalho, 1930.
- SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1979.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. X, Lisboa, Verbo, 1988.
- TELO, António José, *Lourenço Marques na política externa portuguesa 1875-1900*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.

Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe D. Luiz Filipe

Quando o Rei D. Carlos o escolheu para seu Aio e Perceptor

Meu Senhor:

Quando Vossa Alteza chegou à idade em que a superintendência da sua educação tinha que ser entregue a um homem, houve por bem El-Rei nomear-me Aio do Príncipe Real. Foi Sua Majestade buscar-me às fileiras do Exército. Não escolheu por certo o militar de mais valor, mas simplesmente aquele a quem uma série de acasos felizes mais ensejo dera de provar que sabia, custasse o que custasse, obedecer ao que lhe era ordenado e que também sabia, doesse a quem doesse, fazer cumprir as ordens que dava.

Não por certo a Vossa Alteza como filho e como súbdito, e menos a mim como soldado, compete apreciar e criticar as determinações de El-Rei. A Vossa Alteza como a mim, deu Sua Majestade uma ordem, a ambos nós cumpre obedecer-lhe e nada mais. Mas para bem lhe obedecer não basta ver-lhe a letra, é necessário estudá-la, descortinar-lhe o espírito. Escolhendo um soldado para vosso Aio, que fez El-Rei? Subordinou a educação de Vossa Alteza ao estado em que se acha o País. Nesta época de dissolução, em que tão afrouxados estão os laços da disciplina, entendeu Sua Majestade que Portugal precisava mais que tudo de quem tivesse vontade firme para mandar, força para se fazer obedecer. E como ninguém pode ensinar o que não sabe, o que não tem praticado, foi El-Rei procurar o vosso Aio à classe única em que se encontra quem obedeça sem reticências e mande sem hesitações.

Por esse motivo, o primeiro dos meus deveres é fazer de Vossa Alteza um soldado.

É Vossa Alteza Príncipe, há de ser Rei; ora, Príncipe e Rei que não comece por ser soldado, é menos que nada, é um ente híbrido cuja existência se não justifica. Há poucos anos andava pela Europa, num exílio vagabundo de judeu errante, um Imperador que num momento de crise esqueceu que o seu título vinha do latim "Imperator", epíteto com que se saudavam os vencedores, e que se não vence sem desembainhar a espada – sine sanguine victoria non est. Por um erro igual já subiu um Rei ao cadafalso e outros foram despedidos do trono para o exílio sempre doloroso e humilhante. Príncipe que não fôr soldado de coração, fraco Rei pode vir a ser.

O que foram na verdade os Reis primitivos? Guerreiros audaciosos que os companheiros de armas levantaram nos escudos acima das suas cabeças. E o que foi o maior dentre os Reis, aquele cujo nome ribomba como um trovão na história deste século? Um militar ambicioso que, elevado ao Império pelos seus soldados, não se deu por contente enquanto não pôs o pavês que o levantara em cima das costas dos outros Reis da Europa que lhe serviram de pés ao trono. E entretanto, a despeito da sua incomparável grandeza de ânimo, a despeito das qualidades únicas de mando com que a Providência o dotara, talvez para castigo de muitos, por certo para exemplo de todos, caiu esse colosso e o grande Imperador foi derrubado por esses mesmos que tanta vez vencera. Faltava-lhe a tradição da Monarquia, da linhagem Real, que cimenta e consagra a autoridade dos Reis legítimos.

Mas nessas mesmas linhagens Reais só foram grandes os que souberam lançar mão da espada sempre que lhes foi necessário. Por isso, repito, primeiro que tudo tem Vossa Alteza que ser soldado.

Aprenderá a sê-lo na história de seus avós. Este Reino é obra de soldados.

Destacou-o da Espanha, conquistou-o palmo a palmo, um príncipe aventureiro que passou a vida com a espada segura entre os dentes, escalando muralhas pela calada da noite, expondo-se à morte a cada momento, tão queimado do sol, tão curtido dos vendavais como o ínfimo dos peões que o seguia. Firmou-lhe a independência o Rei de "Boa Memória", que tantas noites dormiu com as armas vestidas e a espada à cabeceira, bem distante dos regalos dos Paços Reais. E para a formação de vossa Casa concorreu com o ele o mais branco dos seus guerreiros, que simbolizou e resumiu em si quanto havia de nobre e puro na História Medieval, um herói e um santo. Mais tarde o Príncipe Perfeito, depois de haver mostrado que sabia terçar lanças em combate com o melhor dos cavaleiros, depois de haver abatido de vez todas as cabeças que se erguiam por demais altivas perante a Corôa Real, deu pela força da sua vontade de ferro um impulso de tal ordem às nossas naus, que foram ter ao Cabo da Boa Esperança, abrindo a Portugal o caminho por onde

chegou ao apogeu da glória. Soldados, se lhes pode bem chamar a estes, porque tiveram o desapego da vida, a força do mando, a obediência cega àquilo que acima de tudo deve imperar nos Reis – a ideia fixa e pertinaz da glorificação do seu nome e da grandeza do Reino onde Deus os fez os primeiros de entre os homens.

Para não ser injusto nem ingrato, não deve Vossa Alteza lembrar-se somente dos felizes porque nem só eles foram soldados. Houve um Rei de Portugal que, não podendo ser vencedor, soube morrer herói. Não tendo alcançado a vitória ambicionada, procurou a morte gloriosa. "A liberdade Real só se perde com a vida", foram as últimas palavras que se lhe ouviram e do cativo infamante salvou-o a morte, única libertadora invencível porque não há algemas que prendam um morto. Errou, é certo, mas a morte de valente, expiatória e heróica, redime os maiores erros. Bem merece ele o nome de soldado, bem estudada e meditada deve ser a sua História, porque pelo estudo e pela meditação se formam as almas e a alma de um Príncipe para tudo deve estar temperada, até para as maiores desgraças.

Soldado também e como poucos, foi D. Pedro IV. Trabalhou e combateu como soldado e teve a audácia precisa nos lances decisivos, a resignação estóica nas mais dolorosas crises, a presença de espírito nas situações mais difíceis, a decisão rápida e pronta para aproveitar as vitórias. E tanto se lhe enraizaram na alma os brios de soldado que, quando se viu insultado, apupado sem poder desembainhar a espada que tão bem o houvera servido, estalou de dor. As chufas com que o populacho cobarde e ingrato lhe pretendeu enlamear a farda, foram-lhe direitas ao coração, mataram-no.

Estude Vossa Alteza a História desses seus Avós. Leia-a, releia-a, medite-a, estude-a, meta-a bem na cabeça e no coração. Na convivência deles aprenderá Vossa Alteza a ser como eles, forte, justo, simples e verdadeiro. E bem compenetrado do que eles fizeram, conhecendo-lhes a vida dia a dia, sentirá Vossa Alteza que deles vem, que é um deles. Assim sonhará com futuros de glória que se assemelhem a esse passado de grandeza, e sonhar assim é uma felicidade e uma força. Triste do homem que só cuida do presente, que só preza a intimidade dos vivos. Pobre daquele que precisa adormecer para sonhar com o futuro. No olhar saudoso para o que já passou, no imaginar o que há de vir se vai formando a alma, se lhe vão apurando as qualidades, desenvolvendo a força. E chegada a ocasião de as aproveitar, de as pôr em acção, cai-se-lhe em cima como o milhafre sobre a presa e não se deixa escapar. A ciência da vida assemelha-se à arte da guerra, em que numa e noutra é mais preciso que

tudo aproveitar as ocasiões e para o fazer é necessário o exercício constante, a trenagem; ora, o estudo e a meditação constituem a trenagem do espírito.

Nasceu Vossa Alteza numa época bem desgraçada para este País. Foi talvez um favor de Deus porque mais na desventura que na felicidade se prova a força do carácter. Em todo o caso é bem certo, meu Senhor, que a vossa história tem sido muito triste porque, convença-se bem Vossa Alteza, os Príncipes não têm biografia, a sua história é, tem de ser a do seu povo. Nessa história, entretanto, há algumas páginas que Vossa Alteza pode ler sem que lhe corem as faces de vergonha, sem que lhe subam aos olhos lágrimas esprimidas do coração triturado de humilhações. Essas poucas páginas brilhantes e consoladoras que há na história do Portugal contemporâneo, escrevêmo-las nós, os soldados, lá pelos sertões da África, com as pontas das baionetas e das lanças a escorrerem sangue.

Alguma coisa sofremos, é certo; corremos perigos, passámos fomes e sedes e não poucos prostraram em terra para sempre as fadigas e as doenças. Tudo suportámos de boa mente porque servíamos El-Rei e a Pátria, e para outra coisa não anda neste mundo quem tem a honra de vestir uma farda! Por isso, nós também merecemos o nome de soldados; é esse o nosso maior orgulho.

Tudo é pequeno neste nosso Portugal de hoje! O mar já não é curral das nossas naus, mas sim pastagem de couraçados estranhos; foram-se-nos mais de três partes do Império de além-mar e Deus sabe que dolorosas surpresas nos reserva o futuro.

Não tiveram, portanto, as guerras em que agora temos andado, o brilho épico dos feitos dos nossos maiores. Mas no campo restrito em que operámos, com os poucos recursos de que dispúnhamos, não fizemos menos nem pior do que outros bem mais ricos e poderosos.

A que devemos este resultado? A que no homem do povo em Portugal ainda se encontram as qualidades de soldado: a resignação, a coragem fria e disciplinada, a confiança nos superiores e, mais que tudo, a subordinação. E é preciso que Vossa Alteza, soldado por dever e direito de nascimento, se possua bem da ideia de que a subordinação é a primeira de entre as virtudes militares. Já a tenho ouvido alcinhar de renúncia da vontade. Ora, ninguém como o soldado carece de força de vontade, porque mais que em coisa alguma se demonstra ela na prática da obediência. Renunciar ao capricho, ao egoísmo, à indolência, a tudo quanto o vulgar dos homens mais aprecia e estima, ter por único fim servir bem, por único enlevo a glória, por único móvel a honra e a dignidade,

não é renúncia da vontade. E se nós que somos soldados somente desde o dia em que nos alistámos e podemos voltar à classe civil de onde saímos, precisamos para tudo de muito querer e saber querer, quanto mais um Príncipe para quem nascer foi assentar praça e que só pode ter baixa para a sepultura!

De vontade e vontade de ferro precisará Vossa Alteza no duro mister para que Deus o destinou. Houve Reis, meu Senhor, que para desgraça dos seus povos adormeceram no trono em cujos degraus haviam nascido e nesse dormir esqueceram a missão que lhes cumpria desempenhar. No fim do século passado, o povo francês sacudiu-os de forma tal que os deveria ter acordado para sempre e, desde então, Príncipe que dormitasse no trono acordava no exílio. Assim deve ser. Castiga-se a sentinela que se deixa vencer pelo sono e o Rei é uma sentinela permanente que não tem folga porque, nomeado por Deus, só Ele o pode mandar render e então envia-lhe a morte a chamá-lo ao descanso. Enquanto vive tem o Rei de conservar os olhos sempre bem abertos, vendo tudo, olhando por todos. Nele reside o amparo dos desprotegidos, o descanso dos velhos, a esperança dos novos; dele fiam os ricos a sua fazenda, os pobres o seu pão e todos nós a honra do país em que nascemos, que é a honra de todos nós!

Para semelhante posto só pode ir quem tenha alma de soldado. Porque ser soldado não é arrastar a espada, passar revistas, comandar exercícios, deslumbrar as multidões com os doirados da farda. Ser soldado é dedicar-se por completo à causa pública, trabalhar sempre para os outros. E para se convencer, olhe Vossa Alteza para o soldado em campanha. Porventura vê-o só a marchar e a combater?

Cava trincheiras, levanta parapeitos, barracas e quartéis, atrela-se às viaturas, remenda a farda, cozinha o rancho e o que tem de seu trá-lo às costas, na mochila. Desde os misteres mais humildes até ao mais sublime, avançar de cara alegre direito à morte, tudo faz porque todo o trabalho despido de interesse pessoal entra nos deveres da profissão. Trabalho gratuito, sempre, porque o vencimento do militar, seja pré, soldo ou lista civil, nunca é remuneração do serviço, por não haver dinheiro que pague o sacrifício da vida.

É assim que, por mais que espíritos desorientados tenham querido obliterar as tradições de honra do Exército, a profissão entre todas nobre, foi, é e há de ser sempre a militar porque nela se envolve tudo que exige a anulação do interesse individual perante o da colectividade. É por isso que ninguém como o Rei tem de se esquecer de si

para pensar em todos, por isso que ninguém como Ele tem de levar a abnegação ao maior extremo, ninguém como ele precisa de ser soldado na acepção mais lata e sublime desta palavra, soldado pronto da recruta em todas as armas, instruído em todos os serviços, desde o de cavalaria que, numa galopada desenfreada através de uma saraivada de balas, vai completar com a carga a derrota do inimigo, até ao do maqueiro que vai buscar os feridos à linha de fogo, ao enfermeiro que deles cuida na ambulância. Tão bom Rei, tão bom soldado foi D. Pedro V nos hospitais, como outros nos campos de batalha, porque a coragem e a abnegação são sempre grandes e nobres, seja onde fôr que se exerçam, e tudo que é grande e nobre é próprio de Rei e de soldado.

Não faltará ensejo a Vossa Alteza de revelar aquelas qualidades. Não lhe escassearão por certo provações e cuidados, revezes que trazem o desconforto ao espírito, lances dolorosos que desconsolam da vida. Para todos eles carece Vossa Alteza de estar preparado, temperado pela educação, pelo estudo dos bons exemplos, pela firme vontade de vir a ser um Príncipe digno desse nome e do da sua Casa. E para ser Príncipe é preciso primeiro que tudo ser Homem.

Se para descanso de seu espírito vaticinasse a Vossa Alteza um futuro risonho de despreocupações e gozos, faltaria por completo ao meu dever. Ao escolher-me para vosso Aio, disse-me El-Rei: "Faze dele um homem e lembra-te que há de ser Rei".

Proporcionando a Vossa Alteza o conhecimento do que fizeram em África os seus mais leais servidores, apontando-lhe com seu exemplo, procurando temperar-lhe a alma para as mais duras provas por que pode vir a passar, não faço mais que cumprir as ordens de El-Rei e procurar, como tenho sempre feito, corresponder à confiança de Sua Majestade. A Vossa Alteza cumpre realizar as esperanças de seu Augusto Pai e nosso Rei, as esperanças de todos os Portugueses.

Que Deus o guie e proteja nesse difícil e glorioso caminho, é o mais ardente voto do Seu Aio muito dedicado

Joaquim Mouzinho

(uma cópia do manuscrito desta carta foi dada a Vasco de Albuquerque d'Orey com uma dedicatória de Maria José)